

GIDDENS, Anthony.  
*Em defesa da Sociologia.*  
Ensaio, interpretações e réplicas.  
São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

## 14 O Partido Trabalhista e a política britânica

### Idéias

Alguns anos atrás, fracasso e desânimo eram o que prevalecia nos círculos do Partido Trabalhista. Em 1992, parecia que o partido pelo menos não permitiria que os *tories*, ou seja, os conservadores, obtivessem uma maioria esmagadora. Margaret Thatcher não contava mais, e John Major não se demonstrava, para dizer o mínimo, a pessoa com probabilidade de conseguir uma quarta vitória para o Partido Conservador. O que levou os trabalhistas ao subsequente desespero não foi o temor de que, contra todas as previsões do grande número de pesquisas de opinião, Major os vencesse, mas de que o total de votos obtidos pelo Partido Trabalhista nas eleições não passasse de pouco mais de um terço.

Logo os urubus começaram a remexer os cadáveres das esperanças dos trabalhistas. Será que a Grã-Bretanha estava se tornando

um Estado com poder unipartidário, uma espécie de Japão, Itália ou México anglo-saxônico? E a velha pergunta dos anos 60 foi resgatada e feita mais uma vez: será que algum dia o Partido Trabalhista conseguirá vencer novamente? Ou, de forma mais específica, os trabalhistas seriam capazes de conseguir uma vitória sem aliar-se aos liberais democratas?

Após a passagem de dois líderes trabalhistas, o *fog* dissipou-se como por milagre. Os notáveis do Partido Conservador começaram a alertar que, se a situação não fosse revertida, os *tories* é que acabariam ficando uma geração fora do poder.

Grandes esperanças podem ser frustradas, tal como ficou comprovado com a eleição geral de 1992. A abordagem do parto – forçar mais uma vez – poderia levar novamente à mesma desilusão. Então, o que o Partido Trabalhista deveria fazer? Embora a pergunta contenha muitas implicações domésticas, não pode ser abordada em separado dos grandes dilemas enfrentados por todos os partidos socialistas na atualidade. Entre 1990 e 1994, fui convidado para nada menos que cinco diferentes congressos em vários países com o mesmo título, comum, mas aparentemente irresistível: “O que resta?”. Bem, o que resta para o Partido Trabalhista quando o socialismo parece estar praticamente morto e enterrado? Sugiro que não se deva começar a responder a essa pergunta com uma análise exaustiva das tradições socialistas na esperança de encontrar novas idéias que ainda pareçam pertinentes. O que se deve é perguntar o que aconteceu com o conservadorismo. Isso porque os problemas dos *tories* têm causas mais profundas do que as rugas sobre o tratado de Maastricht.

As origens das rupturas do conservadorismo repousam na crescente distância que se abriu entre o conservadorismo e a direita – termos que outrora significavam mais ou menos a mesma coisa. (Ver Capítulo 13.) Existem muitas diferentes versões de conservadorismo, com vários níveis de sofisticação. Todavia, conservadorismo, em qualquer roupagem, nada significa se não encerrar o sentido de “conservar”. Especificamente, conservado-

risimo diz respeito à preservação da tradição, das ligações orgânicas entre o passado, o presente e o futuro. Conservadorismo já foi sinônimo de direita porque a proteção da tradição significava o mesmo que a defesa da hierarquia e do governo da minoria. Tratava-se de uma defesa organizada não apenas contra o socialismo, mas principalmente contra o capitalismo, o grande destruidor da estabilidade e da hierarquia aristocrática. Isso porque, com a pressa avassaladora do empreendimento capitalista, nas famosas palavras de Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

Hoje a direita ainda se acha conservadora. Os conservadores, entretanto, acabaram por aprovar completamente o que desprezavam no passado – o capitalismo competitivo e o domínio do mercado. Em consequência, sua posição e perspectivas sobre o mundo tornaram-se totalmente autocontraditórias, pois, como Marx destacou, nada é mais corrosivo para as tradições, hábitos e formas de coesão social já instituídos do que o cultivo generalizado das relações de mercado. O conservador de hoje ainda quer conservar – proteger a “família tradicional”, os símbolos tradicionais de legitimidade do Estado, a religião e a identidade da nação. No entanto, tudo isso vem sendo destruído, exposto, esmagado e nivelado pelas mesmas forças de mercado que o conservadorismo moderno fomenta.

Por um lado, então, há um libertarismo econômico que traz embutida a aceitação ativa da concorrência global; por outro, um recuo às estruturas e aos hábitos arraigados que demandam autoridade tradicional, moralidade e obediência. O fato de a campanha da “volta às questões básicas” ter sido tão lamentável não teve tanto a ver com as trapalhadas sexuais de alguns parlamentares *tories* como com sua natureza inerentemente autofrustrante. Livres mercados e um Estado forte, cada vez mais centralizado – a combinação é tão contraditória quando examinada com calma, que apenas a força da personalidade de Thatcher poderia tê-la feito parecer plausível por tanto tempo. Talvez não seja de surpreender que seus críticos aparentemente a respeitavam e temiam tanto

quanto seus admiradores. Contudo, foi o próprio *thatcherismo* que destruiu Thatcher e ajudou a acabar com o conservadorismo.

Ideologicamente, o conservadorismo não tem nenhum caminho a seguir nos dias de hoje. O *thatcherismo* sempre se distinguiu por certa inflexibilidade íntegra. Todavia, quanto mais acentuados se tornaram seus paradoxos, mais essa característica se dissolveu em uma espécie de culto evasivo, embora obstinado, das forças de mercado. O *thatcherismo* sem Margaret Thatcher é constrangedor. Mais privatização e cortes adicionais nos gastos públicos, aliados a reduções na tributação direta, implementadas em momentos estratégicos: uma bela fórmula para políticos que ao mesmo tempo lamentam o avanço da desintegração social e da decadência moral! No entanto, o caminho de volta à política de uma só nação defendida pelo *toryismo* estaria interrompido mesmo que houvesse vontade política de segui-lo. Até porque o conservadorismo de uma só nação dependia de formas de tradição, deferência e hábitos que o conservadorismo de livre mercado definitivamente contribuiu para enfraquecer.

Talvez seja esse o ponto a partir do qual os trabalhistas devam iniciar sua reestruturação. Por que não entrar em cena e ocupar o território central conservador que a direita impossibilitou que os *tories* mantivessem? Vamos – pode-se dizer – nos opor à capitulação ao mercado; recriar as comunidades; e destacar os deveres e as obrigações em vez de nos guiar pela costumeira preocupação esquerdista com os direitos. O Partido Trabalhista, portanto, deveria apostar na recriação da vida em família, das virtudes cívicas e das obrigações mútuas.

Os comunitários de hoje – pessoas que defendem a recriação das comunidades sociais –, como Amitai Etzioni nos Estados Unidos, têm em mente uma idéia bem ampla de comunidade. Etzioni refere-se às comunidades que ele deseja desenvolver como se fossem um conjunto de caixas chinesas. As comunidades menores, tais como as famílias e os bairros, aninham-se no interior das maiores, como as cidades pequenas e as grandes. E

estas, por sua vez, fazem parte de regiões mais amplas que podem compreender a comunidade nacional e, talvez, ir além dela. Etzioni vê o ressurgimento da comunidade em todos esses níveis como parte de um projeto moral abrangente – com equilíbrio entre direitos e responsabilidades. A exemplo da acusação feita por Tocqueville no século XIX à sociedade norte-americana, Etzioni argumenta que a proliferação de direitos enfraquece a dependência mútua. A visão de Etzioni é uma versão mais liberal do “princípio do dever” de David Selbourne.

Será que faz algum sentido falar sobre a recuperação da comunidade dessa forma? Penso que sim, entretanto não como sustentam os comunitários. Em primeiro lugar, o diagnóstico está correto apenas em parte. Não foi a expansão dos direitos que comprometeu a coesão social e o sentido de responsabilidade para com os outros, mas os efeitos corrosivos das forças de mercado. E, exceto em uma acepção livre do termo, a tentativa de reviver a idéia de comunidade não é o caminho a seguir. Dizer que “os indivíduos prosperam apenas em comunidades fortes” pode ser útil, talvez, como *slogan* contra o neoliberalismo. Contudo, é totalmente implausível pensar que uma sociedade moderna seja, ou se torne, um conjunto de caixas de comunidades, se “comunidade” significar um grupo unido por fortes vínculos associados a um nítido conjunto de valores comuns. Comunidades, nesse sentido, podem causar mais desarmonia que integração e, em geral, também são autoritárias. Afinal, onde se podem encontrar as comunidades britânicas mais fortes? Na Irlanda do Norte. É quase inevitável que comunidades intimamente ligadas gerem indivíduos considerados membros do grupo e também elementos excluídos desse grupo. Devemos trabalhar com modelos diferentes de coesão social a partir da noção de comunidade existente nos dias de hoje. Não adianta supor que estamos sofrendo de excesso de individualismo ou de direitos, nem que o comunitarismo, aliado à reafirmação dos direitos cívicos, constituiu uma resposta adequada.

Precisamos, antes de tudo, de uma avaliação do que sejam as mudanças sociais e econômicas que se alastram nos países industrializados. Há um novo individualismo em toda parte, que deve ser analisado por todos os partidos políticos, mas que não é apenas o resultado do thatcherismo nem a expressão de um vale-tudo egoísta. Os erros básicos do thatcherismo foram equiparar o novo individualismo com egoísmo do mercado e optar por uma teoria (a de Hayek) segundo a qual, via mercado, egoísmos múltiplos acabam servindo ao bem público.

O novo individualismo representa uma mistura de pontos positivos e negativos. Na ordem cada vez mais global, que constitui o contexto de nossas atividades diárias, todos temos de construir a vida de maneira muito mais ativa que antes. Mesmo sem os efeitos corrosivos dos mercados, as tradições e os hábitos arraigados perdem a força. O resultado é uma mistura de emancipação e ansiedade, intensificada por novos tipos de incerteza. Como disse no Capítulo 12, nossa vida se torna cada vez menos dependente do destino. O destino do homem não é mais tornar-se necessariamente responsável pelo sustento da família e trabalhar todas as semanas, desde o início da idade adulta até a aposentadoria. O destino da mulher já não é contentar-se com a vida doméstica. O casamento não representa mais um “estado natural”, e sim um relacionamento negociado – com igualdade implícita, se não real –, do qual qualquer uma das partes poderá sair com relativa facilidade. Todos temos de enfrentar, para melhor ou para pior, as conseqüências dessas mudanças, e é exatamente essa luta que constitui o individualismo. O Partido Trabalhista deveria procurar tirar proveito do novo individualismo em vez de contrapô-lo a definições arcaicas de comunidade e dever. Ao mesmo tempo, deve separar esse individualismo da ação das forças de mercado, no plano conceitual e na prática.

Vamos considerar como exemplo a posição e as perspectivas daqueles a que muitos continuam insistindo em chamar de “aposentados ou pensionistas” – as pessoas com mais de 65 anos. O

novo individualismo está invadindo a vida dos idosos e vem alterando a natureza real da velhice. O termo “aposentado ou pensionista” sugere alguém fraco e enfermo que precisa do apoio do Estado para sobreviver. No entanto, hoje, a proporção das pessoas entre 65 e 75 anos necessitadas de assistência institucional regular não é maior que a dos indivíduos entre 25 e 35 anos de idade. Os idosos também detêm uma parcela substancial da riqueza da nação. Quaisquer que sejam as decisões concretas tomadas a respeito do tema aposentadoria e pensão, por que não começar pela premissa de que os idosos representam importante recurso para a sociedade em um sentido mais amplo, e não um “problema” a ser tratado?

O restabelecimento dos vínculos entre as gerações, afinal de contas, deveria ser fundamental para os programas políticos interessados na promoção da coesão social, e o fato implica a boa acolhida à diversidade em vez de sua repressão. No momento, as pessoas mais velhas encontram-se em um “gueto do bem-estar social”, o que na prática constitui uma forma de dependência da previdência social. O reconhecimento do impacto do novo individualismo poderia significar a supressão da aposentadoria involuntária, além de outras inovações. Não se deve subestimar a importância da superação das lutas que podem trazer desarmonia entre os mais velhos e os mais novos. Nos EUA, por exemplo, tem-se falado seriamente em “guerra das gerações”, enquanto na Holanda dois “partidos de idosos”, com programas que enfureceram muitos eleitores mais jovens, garantiram algumas cadeiras na assembléia nacional.

Claro, é para a família que convergem as muitas correntes atuais de mudança social, afetando o gênero, a sexualidade, o casamento e o trabalho. “Devemos voltar à família tradicional!”, afirma a direita, ao mesmo tempo em que suas políticas econômicas aumentam as pressões sobre a vida em família. Entretanto, não há volta possível à família tradicional, que, de qualquer forma, é um mito que simplesmente se desfaz à luz de um exame

mais detalhado ao longo da história. Como demonstrou Stephanie Coontz, em relação aos EUA, no seu livro *The Way We Never Were* [*Como nunca fomos*], a família tradicional em que pai e mãe em geral estavam por perto e na qual as mães eram livres para dedicar-se aos filhos praticamente não existia.

A idéia comunitária de criar famílias fortes não é tola. Etzioni enfatiza que uma renovação da família hoje teria de reconhecer a igualdade entre os sexos, bem como o compartilhamento nos trabalhos domésticos e na criação dos filhos. O slogan “filhos em primeiro lugar” faz bastante sentido nesse contexto, sobretudo com uma representação tão exagerada de filhos entre os “novos pobres”. Todavia, as famílias não serão muito parecidas com a família tradicional da mitologia conservadora e estão fadadas a aceitar a diversidade; e não é verdade que famílias fortes inevitavelmente produzam uma sociedade mais ampla e coesa.

As famílias tradicionais não eram centradas no casamento acima de tudo, porém em um conjunto mais amplo de laços e obrigações de parentesco; na verdade, era isso que fortalecia as famílias. Não é de todo impossível supor que esses vínculos e obrigações possam torná-las fortes outra vez – afinal, com taxas de divórcio, mas também de casamentos após o divórcio, tão altas, as pessoas estão quase sempre envolvidas em uma combinação de novos laços de parentesco. Se modelarmos a “família forte” com base nas famílias tradicionais, as mães solteiras não constituirão ameaça à estabilidade familiar, como alegam alguns críticos de direita. A ausência do marido não deve ser interpretada como o isolamento dessas mães ou de seus filhos. Ao contrário, muitos fazem parte de ricas redes de relações de parentesco, construídas com base em sua participação ativa.

Famílias fortes, contudo, não formam necessariamente comunidades fortes, e pelo mesmo motivo a própria noção de comunidade é suspeita. Na Itália, por exemplo, a família é forte, entretanto a integração cívica é frágil. O “privatismo familiar” pode representar o mesmo perigo para a coesão cívica mais ampla

que qualquer outra forma de grupo ou comunidade fechados. A tolerância à diversidade familiar deveria fazer parte de um cosmopolitismo do qual, agora, depende a ordem social mais ampla, em vez de depender da comunidade. Por cosmopolitismo, entendo uma preparação exatamente para que o indivíduo *não* se influencie demais pelos estilos de vida de qualquer grupo ou comunidade de que é membro e tampouco seja muito dependente deles. Acontece que o segredo da ordem social atualmente – no plano local, nacional e também em escala global – é ser capaz de dar-se bem com estilos de vida diferentes daquele com que se está acostumado e talvez atribuir-lhes valores positivos.

O que resta? Essas observações de certa forma nos levam a uma resposta, pelo menos na situação em que o Partido Trabalhista se encontra no momento, mas não avança o suficiente. Não adianta fingir que, de certo modo, a prática socialista poderá ser reformulada e atualizada talvez pela varinha mágica da comunidade.

Quando, cerca de 25 anos atrás, Eric Hobsbawm nos brindou com sua famosa conferência sobre a “Interrupção da marcha do avanço do Partido Trabalhista”, o autor concentrou-se na taxa decrescente de filiação a sindicatos e considerou ponto pacífico a associação entre a chegada do socialismo e a ascensão da classe trabalhadora. Como as coisas mudaram desde então! A “marcha do avanço do Partido Trabalhista”, com seus matizes militares, parece pertencer a uma época totalmente diferente. A confiante marcha do avanço transformou-se em retirada desordenada. Praticamente nenhuma das idéias em que Hobsbawm e tantos outros depositaram sua confiança sobreviveu. E ao longo dos últimos 25 anos, o tamanho da classe de trabalhadores manuais diminuiu quase à metade. O socialismo do Partido Trabalhista, ao contrário da esquerda revolucionária, não se baseava na centralidade da luta de classes; todavia, como mostra o próprio nome, revelava uma preocupação com a divisão de classes e era explicitamente um “partido de classe”, não

obstante o papel ocupado por intelectuais e outros grupos de classe não operária no partido.

O apelo a um retorno ao socialismo ético ou até cristão não consegue esconder o obsoletismo atual das doutrinas básicas que deram forma ao partido. Observemos esta lista: a direção planejada ou “racional” da economia; a “socialização” dos meios de produção; a chegada da própria classe trabalhadora ao poder; a expansão progressiva do Estado do bem-estar social; o desaparecimento gradual do capital privado – a relação não pára por aqui. Os conservadores não vão mudar de nome, muito embora suas políticas tenham eliminado a maior parte do que eles outrora desejavam conservar. O Partido Trabalhista também não precisa fazê-lo, e, sem dúvida, o “socialismo” ainda fará parte de seu léxico oficial. O termo, no entanto, simplesmente não consegue transmitir o mesmo sentido de antes.

As divisões de classes não foram superadas pelas mudanças que contribuíram para eliminar a importância do socialismo como sistema de gestão econômica. A diminuição do tamanho da classe trabalhadora industrial, sem dúvida, aliada à crescente fluidez do capital internacional, alterou a forma da estrutura de classes – como também o fizeram os anos de *thatcherismo*. Também importante, contudo, é que o que destacava a classe, ou seja, sua relevância para a ação social e para as instituições, também mudou.

Tal fato nos remete uma vez mais ao novo individualismo. No passado, uma classe se expressava exatamente como comunidade. Os grupos da classe trabalhadora muitas vezes formavam comunidades, quer em aldeias ou cidades locais, quer em clubes e associações educacionais. Os remanescentes ainda existem, é claro, mas a divisão de classes agora assume a forma individualizada ou “biográfica” com muito mais frequência. Os “novos pobres”, como crianças, mães solteiras ou desempregados crônicos, não formam comunidades. O que eles têm em comum é apenas a exclusão da participação condigna no mercado de trabalho.

A conseqüência é que, em geral, classe não é mais vivenciada como classe, mas como outras formas de vantagem e desvantagem, muitas das quais estão relacionadas ao consumo, e não à produção. Por isso, e não apenas por causa do encolhimento da classe trabalhadora, ao Partido Trabalhista não faz nenhum sentido definir-se na atualidade como um partido de classe.

Então, o que o partido deveria representar em meio a tanta mudança? Será que o socialismo pode ter algum significado como visão ética, talvez ligada, de certa forma, ao comunal? O socialismo significou tantas coisas diferentes no passado, além de sua preocupação com a gestão econômica, que o campo está aberto por completo. Seria difícil negar a existência, hoje, de um lugar obrigatório para a ética na esfera política, especialmente em uma sociedade em que tudo está se abrindo ao mercado.

O socialismo cristão, mesmo quando entendido na versão ecumênica de R. H. Tawney, com certeza não se encaixará em uma ordem social pluralista em que diferentes religiões e grupos étnicos – na verdade, comunidades – devem coexistir. Se o termo “socialismo” ainda for utilizado para definir uma perspectiva política geral, minha sugestão é que ele seja identificado com uma atitude de cuidado. Cuidado implica uma ética de responsabilidade para consigo mesmo, com os outros e com a estrutura do mundo material. Cuidado é o oposto de egoísmo, entretanto não deve ser equiparado a altruísmo. Até porque o cuidado consigo mesmo – uma atitude responsável com o ego e o corpo – é a base da capacidade de interessar-se pelos outros e preocupar-se com eles.

Uma ética do cuidado preserva os elementos fundamentais dos valores socialistas, quando se imagina o socialismo sempre interessado na interdependência humana. O cuidado com os outros acarreta a aceitação da responsabilidade pelo seu bem-estar, não com o objetivo de dominá-los, mas de protegê-los e acalentá-los.

O termo “cuidado” poderia ser transformado em um *slogan* vazio e, por isso, precisa receber conteúdo para exercer alguma

influência sobre a dura realidade. Como destacou Marx há muitos anos, uma atitude ética por si só não gera estratégias políticas e, às vezes, pode até impedi-las. E a contestação à desigualdade? E a crítica aos sistemas arbitrários de poder? Afinal, a maioria dos socialistas, ao contrário dos primeiros comunistas, fizeram um enorme esforço para se tornarem práticos e realistas.

A igualdade e a democracia certamente deveriam continuar sendo imperativos centrais na perspectiva política do Partido Trabalhista. Esses valores ainda servem como identificação de uma esquerda, já que em muitos outros aspectos o pensamento político dos trabalhistas deve condenar dogmas tanto de direita quanto de esquerda. Realismo político agora significa abandonar esses mesmos dogmas, e radicalismo político quer dizer não ter medo de pensar sobre eles de forma abrangente.

Uma virada para a “comunidade” por parte do Partido Trabalhista seria desastrosa se o termo fosse empregado como uma versão mais aceitável de “Estado” – e, portanto, justificasse simplesmente algum tipo de volta ao velho esquerdismo. O novo individualismo veio para ficar, bem como a economia global e a ordem cultural com as quais mantém interligação direta. O socialismo está morto como conjunto de doutrinas econômicas, mas a aspiração a uma sociedade mais solidária e participativa ainda permanece bem viva. Na verdade, contrariando a sabedoria popular do momento, eu diria que essa aspiração é intensificada pelo advento do novo individualismo.

Individualismo, nesse caso, não tem nada em especial a ver com mercados ou consumismo. Diz respeito ao desaparecimento da situação que antes chamei de vida vivida como destino. A vida mais ativa e dinâmica levada pelos indivíduos hoje não prejudica a solidariedade social nem a aceitação das responsabilidades sociais. Pelo contrário, tende a pressupô-las, e um programa político pertinente às circunstâncias de hoje estaria interessado em desenvolvê-las ainda mais.

Não podemos fazer as comunidades renascerem em nada parecido com o sentido tradicional, muito menos reviver os deveres. Porém, podemos e devemos procurar promover novas formas de solidariedade social, coesão e cultura cívica. Essas novas formas muitas vezes poderão parecer estranhas porque não estão mais sujeitas às limitações da tradição e do local. Não devemos supor, por exemplo, que o único tipo viável de família solidária seja a (chamada) família tradicional.

O apelo da idéia de comunidade vem da percepção, partilhada por muitas pessoas, da necessidade de reparo ou renovação. Essa percepção representa mais que o saudosismo distorcido de um passado idealizado de segurança e estabilidade. Provém de uma consciência sobre o dano que o desenvolvimento econômico, quando dominado pelas forças absolutamente desgovernadas do mercado, pode ocasionar. Conversas sobre famílias fortes, ressurgimento de localidades, reconstrução de uma cultura cívica – tudo isso expressa a necessidade de novo desenvolvimento das relações orgânicas entre o passado e o futuro, bem como de reintegração das gerações. Outrora essas idéias distinguiam-se como conservadoras, mas quando o conservadorismo se volta contra si mesmo, elas, de repente, se tornam radicais.

Ninguém deveria se surpreender com o fato de serem exatamente esses os temas destacados pela teoria política verde. Portanto, será que deveríamos prever o “esverdeamento” do Partido Trabalhista? Trata-se de um caça-votos medíocre – ou pelo menos é o que parece, a exemplo do destino dos próprios partidos verdes, sobretudo na Grã-Bretanha. Eu não teria tanta certeza, no entanto. As formas mais importantes e interessantes de pensamento ecológico na atualidade não se preocupam com a volta à natureza nem se posicionam contra todo crescimento econômico. Elas prosseguem o embate crucial com o capitalismo, que sempre foi o fio condutor do socialismo, mas de outras formas; e esse embate crucial é o ponto em que até mesmo um partido ex-socialista ainda deve estar interessado também.

## Orientações das políticas

A natureza contraditória do conservadorismo moderno propicia grandes oportunidades políticas ao Partido Trabalhista. Entretanto, são imensas as dificuldades para a criação de uma agenda política alternativa. Como poderemos chegar ao que Tony Blair chama de uma “sociedade dinâmica de mercado” sem comprometer os mesmos valores comunais que ele deseja fortalecer? Será que agora os governos nacionais não estão, de alguma forma, mais ou menos condenados à impotência diante das forças do mercado global? Mesmo que não estejam, como o Partido Trabalhista poderá manter os ideais de igualdade e inclusão social que representa, considerando-se que a nacionalização já não é uma opção, e o Estado do bem-estar social passa por dificuldades?

Conversas sobre comunidade não serão de grande valia pelos motivos apresentados anteriormente. Há reparos a serem feitos, e as esperanças de uma renovação social e cívica não constituem apenas racionalização de desejo. Quaisquer tentativas nesse sentido fracassarão ou se tornarão opressivas, caso não caminhem lado a lado com a semente do novo individualismo. Ao mesmo tempo, elas, de algum modo, deverão lidar eficientemente com as influências mais globais, para as quais o novo individualismo de fato representa uma resposta.

Qual deverá ser a grande idéia do Partido Trabalhista? A meu ver, de fato, deverá ser a idéia de renovação ou reestruturação cívica, mesmo que os outros partidos também queiram impor sua participação. Contudo, para ter alguma chance, tal projeto deverá estar preparado para pensar de forma radical em cinco áreas principais: a modernização do Estado; o processo de geração de riqueza, em oposição à distribuição; a reforma das instituições da previdência social; o enfrentamento eficaz do desemprego e de uma série de problemas dele decorrentes; e a busca de um igualitarismo que provavelmente é a condição necessária para a reestruturação cívica. Claro, todas essas são questões abrangentes, e não pretendo discuti-las de forma exaustiva.

A modernização do Estado talvez seja a área fundamental para o apelo do Partido Trabalhista. Segundo dizem, os assuntos levados à atenção do público pela Carta 88 (*Charter 88*) e por outros grupos defensores de reformas constitucionais interessam a apenas uma pequena parte da população – têm pouco peso eleitoral. Entretanto, por razões associadas à dúvida em saber se os governos nacionais realmente poderão continuar a governar com eficiência, não acredito que isso seja verdade.

A criação de uma constituição impositiva, o desenvolvimento de uma legislação mais segura sobre direitos humanos, a introdução de uma Lei da Liberdade de Informação abrangente e a reforma da Câmara dos Lordes, entre outras mudanças, deverão constar da pauta. A modernização do Estado, no entanto, tem de ser acompanhada da democratização mediante a concessão de autonomia, quer seja acompanhada de representação proporcional, quer não. A democratização via transferência de poderes – direção oposta àquela tomada pelos governos dos *tories* – não é apenas eticamente desejável; é necessária para manter a própria legitimidade do governo em todos os níveis.

A influência do governo nacional esvaziou-se com os efeitos de dois conjuntos de mudanças já apontados: a globalização e o novo individualismo. Agora todos os Estados têm de lidar com um conjunto de cidadãos formado por “pessoas inteligentes” – indivíduos que atuam na mudança de hábitos ligados ao estilo de vida, mas que também, em consequência da influência sobretudo da mídia eletrônica, habitam o mesmo “espaço discursivo” que o governo.

Os processos para o exercício do governo não serão, nem poderão ser, os mesmos de quando existia uma população mais passiva, com padrões de vida mais fixos e mais voltados para os símbolos tradicionais de deferência. Se muitos estão se sentindo mais céticos do que antes em relação à política, não é apenas, nem mesmo principalmente, por causa das atitudes críticas da mídia, mas pela difícil natureza do exercício do governo em si.

Nem por isso, tudo está perdido. Para exercer influência efetiva sobre a sociedade que deve se prestar a comandar, o governo nacional vai ter de se acostumar com uma espécie de processo em espiral de consulta dupla. O governo de hoje, muitas vezes, deverá “descer” a contextos bem locais, até mesmo pessoais, de ação, para depois “galgar” as organizações e os processos mais globais com que terá de lidar em escala crescente. Por exemplo, as novas regulamentações sobre os direitos da criança talvez precisem ser negociadas tanto com as organizações internacionais quanto com os grupos locais aos quais se aplicam ou que tenham de implementá-las. Os processos de consulta dupla implicam a pressão para democratização “de baixo para cima” sempre que possível – na União Européia (UE), por exemplo – enquanto a democratização “de cima para baixo” requer a concessão de poderes a regiões e localidades.

A modernização do Estado e a concessão de autonomia, por mais radicais que possam parecer no contexto da Grã-Bretanha, não são as únicas mudanças necessárias para renovação da legitimidade política. Em consequência da globalização aliada ao novo individualismo, os mecanismos de confiança política sofreram mudanças – como também mudaram os mecanismos de confiança na indústria, em outros tipos de organização e até mesmo na vida emocional. O surgimento de uma cidadania inteligente caminha lado a lado com a centralidade da confiança ativa na legitimidade do governo. (Ver Capítulo 13.) Um clima de confiança ativa requer visibilidade e, para ser franco, integridade. Quando os indivíduos que ocupam cargos importantes não estão visivelmente comprometidos com os princípios que eles buscam impor aos outros, não é de surpreender que a legitimidade política seja fragilizada.

Um partido que vise promover a dupla democratização não pode deixar de assumir uma posição radical também em outras áreas. Agora, o Partido Trabalhista precisa tornar-se um partido de geração de riqueza, não um partido preocupado com a distri-

buição acima de tudo. Todavia, é importantíssimo deslocar a definição do que seja riqueza, desvinculando-a da pura e simples riqueza econômica, e levar ao domínio público com lisura outras medidas de criação de riqueza diferentes do PNB. Não há nenhum outro meio pelo qual se possa conciliar o reconhecimento do necessário papel dos mercados com programas de renovação ambiental e cívica. A riqueza social está relacionada com a qualidade de vida, e, muitas vezes, a subserviência à riqueza econômica efetivamente destrói a riqueza social. Nesse ponto, devemos procurar diferenciar *produtividade* de *produtivismo*; por produtivismo, entende-se, nesse caso, qualquer situação em que os custos sociais do crescimento econômico superam os benefícios.

A correção das desigualdades deve ser considerada parte inerente do combate ao produtivismo. Isso porque os custos sociais da desigualdade são altos – e, claro, também podem gerar elevados custos econômicos. Consideremos, por exemplo, os efeitos da desigualdade sobre a saúde. Já está comprovado que as variações nos níveis de saúde entre os países – medidos, por exemplo, pelas taxas de mortalidade – estão mais relacionadas aos níveis de desigualdade do que aos gastos com o sistema de assistência médica. Contudo, o que importa não é a desigualdade econômica em si, mas seus efeitos psicossociais – é a experiência da privação e seu impacto sobre a qualidade de vida que contam.

O Estado do bem-estar social há tempos vem sendo o principal veículo utilizado pelo Partido Trabalhista para tentar combater as desigualdades. No entanto, já está bastante comprovado que o sistema de previdência social nunca foi tão eficiente nesse respeito. A redistribuição via Estado do bem-estar social vem se dando principalmente ao longo do ciclo de vida, e não de uma classe ou grupo de renda para outro.

O Partido Trabalhista deverá estar preparado para pensar de forma radical sobre o futuro do Estado do bem-estar social. No curto prazo, a defesa dos sistemas de previdência social, sobretudo do Serviço Nacional de Saúde (NHS) da Grã-Bretanha, é

importante e granjeia enorme apoio público. Tem também uma lógica mais ampla quando visto no contexto das reformas dos *tories*. A introdução de princípios de mercado em ambientes que funcionam em grande parte mediante a ética do cuidado desfaz as formas de confiança que não são geradas por contraprestações monetárias. Uma vez perdidas, são difíceis de ser recuperadas.

No entanto, de nada adiantará ao Partido Trabalhista calcar suas políticas de longo prazo na manutenção do Estado do bem-estar social em sua forma atual nem na proposta de, no geral, gastar mais que os *tories* estão dispostos a despendar. Não faz sentido transformar o Estado do bem-estar social, em geral, ou o NHS, em particular, em lema. Ambos devem ser observados tendo como pano de fundo as transformações socioeconômicas a que me referi anteriormente, sobretudo se a idéia de renovação social e cívica não for apenas retórica.

A análise, como sempre, é o segredo do prognóstico. A crise do Estado do bem-estar social é comumente considerada uma crise fiscal – e é justamente esse campo para o qual os vários partidos conduzem os debates sobre o bem-estar social na atualidade. Segundo a visão da esquerda, de qualquer modo, as tensões do sistema de previdência social são parte da mentalidade “se não puder pagar, não paga” descrita (com certeza, de forma errônea) por Galbraith como a cultura do contentamento. Não acho, porém, que isso seja correto; nesse ponto é preciso haver uma enorme mudança na interpretação.

As dificuldades do Estado do bem-estar social, sobretudo em relação ao seguro social e à assistência médica, devem ser entendidas não tanto como crise fiscal, mas como crise de administração de riscos. O Estado do bem-estar social sempre tem sido, acima de tudo, um sistema previdenciário, destinado a combater os perigos enfrentados pelos indivíduos ou grupos. Desenvolveu-se, antes e também depois de 1945, principalmente como meio para tratar dos riscos externos – infortúnios que afetam as pessoas sem que estas tenham culpa. Assim, indivíduos podem

se ver abandonados por seus cônjuges, vivendo na pobreza, sem emprego, doentes, inválidos, envelhecendo, e assim por diante.

O risco fabricado, contudo, é um risco de caráter inconstante, que não pode ser calculado com facilidade por método atuarial. O que “fazemos acontecer” se torna muito mais entrelaçado com o que “nos acontece”. Portanto, cria-se uma torrente de incertezas e ansiedades que afetam tanto o mundo social quanto o natural. A natureza é contagiada de forma tão abrangente pelo risco fabricado, que deixa de ser natureza. A grande transição, nesse caso, é o ponto em que não mais nos preocupamos tanto – como os seres humanos há séculos vêm tendo de se preocupar – com o que a natureza poderia fazer por nós, mas sim com o que fizemos para a natureza.

Tudo isso parece estar a anos-luz dos problemas comuns do NHS? Bem, não está. Uma das maiores dificuldades no tocante aos sistemas de assistência médica existentes é que se gastam enormes quantias de dinheiro com o tratamento de doenças, como forma de risco externo. Como a maior parte dos serviços do seguro social, estes são destinados a recolher os cacos quando as coisas não dão certo, como se os motivos que fazem as coisas saírem erradas não estivessem nas mãos de ninguém.

É claro que em muitas situações tal suposição ainda tem validade. As causas de uma série de doenças, por exemplo, são contestadas ou desconhecidas, enquanto em outros casos pode não haver tratamentos eficazes. Contudo, na assistência médica, bem como no seguro social, o risco fabricado e o novo individualismo criam condições para o desenvolvimento de novas formas de responsabilidade, integração social e reparo ambiental. Nesse caso, os pontos em questão têm efeitos muito mais significativos do que a ênfase na medicina preventiva, e não no tratamento médico. Estão relacionados com o estímulo a hábitos relacionados a estilos de vida que consideram a saúde uma meta positiva e com o cuidado pelo meio ambiente, em vez de concentrarem-se apenas em evitar a doença ou em seu tratamento.

É óbvio que no campo da saúde e da doença há difíceis decisões éticas e financeiras a serem tomadas. Alguns equipamentos médicos imprescindíveis são caros; os avanços nos tratamentos aumentam os custos em vez de reduzi-los, à medida que se expande o campo dos problemas tratáveis. A assistência ao idoso frágil muitas vezes tem de ser contínua e não pode ser pouco dispendiosa. Até mesmo os sistemas de saúde com as maiores verbas terão de enfrentar problemas de racionamento, o que deverá tornar-se mais, e não menos, grave no futuro. Os dilemas a serem resolvidos, todavia, não se encontram apenas, nem mesmo principalmente, na estreita área de serviço estatal *versus* privatização.

Encontram-se nas relações entre a assistência médica comunal e a responsabilidade pessoal gerada pelo novo individualismo. A doença é algo que nos acontece por azar, não é? Não, na verdade, não é isso. Como quase todos os demais aspectos de nossa vida, a saúde e a doença são cada vez menos uma questão de apenas sorte – talvez com exceção das pessoas muito idosas.

Suponhamos, primeiro de tudo, que vamos assumir a saúde positiva, não a evitação da doença, como valor fundamental. A capacidade de empenho das pessoas para conseguir a saúde positiva é influenciada por vários fatores vinculados às responsabilidades pessoais ou coletivas – responsabilidades que temos para com nós mesmos e nosso corpo ou para com os outros. A maioria das doenças não tem origem biológica. Depende de quem a pessoa é, de como ela vive e do estado do ambiente social e físico que a cerca.

As formas de assistência médica voltadas para o risco fabricado deverão procurar criar uma nova fusão entre responsabilidades pessoais e coletivas para a saúde positiva – a maioria delas não funcionaria por meio do sistema de assistência médica, conforme normalmente definido. O combate à pobreza, o controle da poluição ambiental, a promoção da responsabilidade pelo estilo de vida pessoal e a democratização do acesso ao conhecimento

sobre assistência médica são as direções nas quais deveremos seguir no futuro. Todos esses fatores estão inter-relacionados e têm ligação direta com a renovação social e cívica.

Como tudo isso vai diminuir a lista de espera para tratamentos cirúrgicos de articulações do quadril? Não vai, é claro, pelo menos no curto prazo (embora as articulações do quadril e outras deteriorem menos se a pessoa fizer um pouco de exercício, mas com regularidade, ao longo da vida). Contudo, a combinação entre estilo de vida responsável e políticas ambientais ativas pode levar à economia de gastos com resfriados. Todas as doenças associadas ao tabagismo que, por exemplo, causam 10 mil mortes ao ano no Reino Unido são, em princípio, evitáveis. As campanhas contra o fumo nos EUA, sobretudo aliadas a outras medidas contra os riscos de doença cardíaca, demonstram o que se pode conseguir.

Segundo algumas estimativas, nada menos que 80% das doenças outrora tidas como mais ou menos inevitáveis na velhice estão relacionadas com o estilo de vida – originam-se do modo de vida dos indivíduos, de seus padrões alimentares e das toxicidades ambientais ou, então, estão vinculadas a esses fatores. Embora ninguém saiba ao certo, alguns cientistas afirmam que a origem de grande proporção dos casos de câncer se encontra em toxicidade ambiental evitável. E realmente sabemos que a poluição provoca, ou agrava, muitos casos de doença pulmonar.

No que diz respeito à democratização da assistência médica, os países mais ricos podem tirar uma lição das políticas originalmente desenvolvidas para as nações mais pobres. A publicação *Where There Is No Doctor* [Onde não há médico], de David Werner, é um dos manuais mais conhecidos sobre assistência médica, destinado às pessoas mais pobres dos países em desenvolvimento. Werner salienta os seguintes princípios: a assistência médica não só é direito de todos, como também responsabilidade de todos; o cuidado consciente do indivíduo consigo mesmo deve ser a meta principal de qualquer programa de saúde; os conhecimentos

médicos não podem constituir segredo guardado por alguns poucos eleitos, devendo ser compartilhados livremente por todos; as pessoas com pouca educação formal merecem tanta confiança quanto as altamente instruídas – e são tão inteligentes quanto elas; os cuidados básicos com a saúde não deveriam ser determinados, mas estimulados. Todos esses princípios são generalizáveis.

Consideremos novamente o “problema” da população em processo de envelhecimento, supondo-se que seja fonte de dificuldades para o Estado do bem-estar social. Uma abordagem radical extrapolaria a questão de que tipos de sistema de aposentadoria e pensão são apropriados e como deveriam ser financiados. Não desejo negar a existência desses dilemas, porém, uma vez mais, os termos de referência do debate deveriam ser alterados. Creio oportuno nesse ponto considerar as questões de desemprego e pobreza.

Em geral, não se nota que muitas pessoas acima de 65 anos estariam desempregadas se não fosse pelo modo como a aposentadoria compulsória falsifica os dados. Estar desempregado é querer ter emprego remunerado, sem conseguir encontrar nenhum – ou mais precisamente, algum que permita a utilização das qualificações e capacidades do indivíduo. Em pesquisas com pessoas a partir de 65 anos de idade, 40% dos homens e mulheres sem trabalho remunerado dizem que, se conseguissem encontrar, gostariam de ter um emprego. Se a idéia convencional de aposentadoria fosse abolida, o resultado aparentemente seria uma redução líquida no número de empregos disponíveis por pessoa na população. Em outras palavras, o resultado seria o aumento do nível geral de desemprego. Mas seria mesmo? Não, com quase toda certeza, se a eliminação do desemprego ortodoxo fosse acompanhada de políticas que permitissem a aposentadoria muito mais cedo, se desejada, o afastamento em meio de carreira a ser “compensado” depois e mais outras inúmeras possibilidades similares existentes.

Sempre que possível, considere um problema uma oportunidade – é uma boa máxima em psicoterapia e também se aplica à elaboração de políticas na esfera da política. Agora que há o mesmo número de mulheres e homens – na verdade, um pouco mais de homens – com trabalhos remunerados, “pleno emprego” possivelmente já não pode significar a mesma coisa que no auge do keynesianismo. Deve haver planos de curto prazo que poderão ajudar a reduzir as taxas oficiais de desemprego; já existem várias medidas, embora seja provável que as influências mais importantes ainda estejam por vir da economia global. Contudo, hoje, um número muito maior de pessoas dispõe de trabalho remunerado nas sociedades ocidentais em comparação com o que sempre era considerado o pico do “pleno emprego” no Estado do bem-estar social keynesiano. A questão agora não é “pleno emprego ou não”, mas “emprego em que condições e para quem?”.

O combate ao desemprego, mesmo a médio prazo, não pode ser separado de uma série de outros temas que merecem lugar de destaque na agenda política – temas esses que afetam sobretudo a igualdade sexual, a família e a proteção do meio ambiente. Devemos entender que emprego remunerado não diz respeito apenas à produção de riqueza, mas também à sua distribuição – e às suas conseqüências sob a forma de riqueza social. Políticas visando à distribuição eqüitativa do trabalho remunerado mostram a direção a ser seguida.

Um cenário possível: não se progride para maior igualdade sexual, ou a divisão do trabalho doméstico, ou a participação ativa do pai e da mãe na criação dos filhos. Resultado: “flexibilidade” significa a criação de muitos dos chamados *McJobs*, ocupados principalmente por mulheres; os níveis gerais de desemprego permanecem altos, com os homens representando uma alta porcentagem das pessoas desempregadas há bastante tempo; os homens, ao mesmo tempo, dominam os empregos mais bem remunerados, que, muitas vezes, exigem uma devoção escrava.

Outro panorama possível: há um movimento no sentido da igualdade sexual, que implica maior envolvimento mútuo nas tarefas domésticas, mesmo na criação dos filhos. Resultado: flexibilidade significa uma diversidade de situações em que os empregos remunerados harmonizam-se com outras tarefas e prazeres; o desemprego não tem necessariamente um sentido negativo e, em qualquer caso, é entendido em termos sociais, e não puramente econômicos; há uma distribuição mais justa de ocupações entre os sexos.

O primeiro cenário representa o que temos; o segundo, o que deveríamos almejar. A transição de um para o outro, entretanto, dependerá na mesma medida do que ocorre tanto fora da área de emprego quanto dentro dela. Nesse ponto, o tema do novo individualismo e sua relação com a renovação cívica retorna a pleno vapor. As reivindicações feitas pela mulher de autonomia e de igualdade constituem parte básica desse individualismo. A entrada de grande número de mulheres na força de trabalho remunerada colocou em xeque muitas outras estruturas na sociedade contemporânea. A renovação cívica dependerá profundamente do progresso no sentido de um novo acordo entre os sexos, e não apenas das relações existentes (demonstradas por Beatrix Campbell) entre o desemprego, a masculinidade frustrada e o crime.

Entre outras medidas, a reforma do sistema de previdência social é muito importante. Os planos de previdência social na Grã-Bretanha ainda se baseiam na pressuposição de que os homens são os que provêem e as mulheres, as que cuidam (geralmente não remuneradas). As reformas da previdência social deverão visar não apenas desarmar as armadilhas da pobreza que possam surgir como também pôr um ponto final à situação que, na verdade, constitui grande desestímulo à possibilidade de um pai cuidar dos filhos em período integral ou mesmo durante meio dia.

O engajamento bem-sucedido na concorrência global implica várias exigências básicas, sobretudo referentes à estrutura do

empreendimento empresarial e à tecnologia. No entanto, a concorrência global não é, tampouco deve ser entendida como somente uma luta para alcançar o desenvolvimento econômico. O que está em debate é a concorrência social ou de estilo de vida. Índices oficiais de desemprego entre diferentes países sempre são contrastados como se a comparação tivesse sentido claro. Todavia, não é assim, a menos que também se comparem, entre outras coisas, os números absolutos, em uma força de trabalho, daqueles que desejam e dos que não querem trabalho remunerado, e quais outros tipos de trabalho são desenvolvidos, bem como por quem.

Se houver intenção efetiva de conciliar o encaminhamento de soluções para o desemprego com a renovação cívica, estratégias que promovam a redistribuição do trabalho e dos empregos remunerados deverão prevalecer sobre a quantidade de empregos criados. Os empregos gerados no Reino Unido durante os anos 80 estavam, em sua grande maioria, no setor de serviços e 90% deles constituíam trabalho eventual ou de meio expediente sem nenhuma perspectiva de carreira. Conforme demonstrado por André Gorz, os empregos em serviços pessoais têm pouco ou nenhum efeito de “substituição produtiva”. Nos primeiros períodos de crescimento econômico, a produção industrial e a tecnologia possibilitaram que muitas tarefas – que antes eram feitas com uso intensivo de recursos – fossem realizadas com muito maior eficiência. A mecanização e a industrialização da agricultura, por exemplo, permitem a produção de quantidade muito maior de alimentos e de forma muito mais eficiente do que os primeiros sistemas.

A maior parte dos empregos em serviços pessoais, contudo, não representa nada que alguém não possa fazer sozinho. Significa apenas que um indivíduo compra tempo livre transferindo tarefas para outros. Basicamente, é o que acontece com os empregados domésticos, e Gorz sugere que, conseqüentemente, nas condições modernas cria-se uma grande “classe de empregados

domésticos”, constituída sobretudo de mulheres. A geração de empregos, portanto, não produz economia de tempo de trabalho em toda a sociedade, mas, em vez disso, transfere o tempo de trabalho para o benefício daqueles que podem gastar mais.

É inegável que as questões envolvidas são difíceis, e há grandes riscos de crescente cisma social. Desde o início da década de 1980, 3% dos empregos vêm desaparecendo a cada ano no Reino Unido, sobretudo em consequência da inovação tecnológica. A tecnologia da informação está ficando cada vez mais barata e “inteligente”. Assim, as pessoas perdem os empregos ou, então, os salários têm que ser rebaixados para ficarem condizentes com os custos reduzidos da tecnologia.

No entanto, não é utópico supor que o tempo de trabalho poderia ser distribuído de forma mais equitativa – entre homens e mulheres, assim como entre os ricos e os pobres. Devemos encarar com seriedade o processo de geração de trabalho eventual e a dualização da sociedade entre os ricos e os “novos pobres” como respostas injustas à geração de tempo livre que o redimensionamento tecnológico produz. Uma abordagem estrutural para fazer frente ao desemprego não se concentraria apenas nos desempregados ou nas pessoas envolvidas em trabalho eventual. Enfocaria os mais ricos, com o objetivo de liberar tempo de trabalho sem transferência para serviços remunerados. São duas as necessidades a que os serviços pessoais eventuais atendem: evitação do trabalho enfadonho ou penoso e economia de tempo. Tarefas maçantes sempre existirão, mas um trabalho se torna enfadonho ou penoso, em parte, pela pressão do tempo. A falta de tempo resulta do predomínio do trabalho remunerado sobre os demais aspectos da vida das pessoas – em outras palavras, do produtivismo. A redução do tempo de trabalho, sobretudo se fosse acompanhada de maior participação na criação dos filhos, produziria resultado positivo.

É exatamente esse esforço que poderá contribuir para um renascimento das estruturas familiares e para a meta da renovação

cívica. Já não é possível voltar à chamada família tradicional, porém a solidariedade na diversidade não representa uma aspiração utópica. Podemos aspirar à reconstrução da vida familiar de um modo que fortaleça a imposição “filhos em primeiro lugar”, e podemos visar ao restabelecimento de formas mais amplas de coesão social. Entretanto, tudo isso não ocorrerá mediante maior rigor nas leis do divórcio nem, muito menos, a partir de divagações fantasiosas sobre os deveres cívicos. Só ocorrerá no contexto de uma reestruturação dos empregos, do trabalho e das obrigações familiares.

## **Estratégias e opções**

Durante vinte anos, a direita representou o que havia de radical, usurpando as tradições de inovação e transformação política do Partido Trabalhista. Se o Partido Trabalhista conseguir sair da redoma que construiu para si mesmo, as perspectivas de reconstrução política na Grã-Bretanha são de fato atraentes – e preocupantes para os outros dois partidos. Sustentei até agora que há uma posição ideológica coerente a ser adotada pelo Partido Trabalhista e que dela emana um conjunto de orientações de políticas integradas. Todavia, como o Partido Trabalhista deveria lidar com os problemas mais concretos que serão enfrentados para caminhar na direção de seus objetivos de mais longo prazo?

Em primeiro lugar, o Partido Trabalhista ainda precisa consolidar o rompimento definitivo com o estatismo do bem-estar social keynesiano – bem como com o antigo esquerdismo – a exemplo de seus novos líderes. A economia está desacelerada e poderá permanecer assim. (Ou talvez não, já que a economia global integrada é nova e ninguém sabe como ela funciona.) Dadas as baixas taxas de crescimento, contudo, o governo não tem receita suficiente para introduzir planos para novos gastos. A forte

tentação é de dizer: reflacionaremos, movimentaremos a economia e, quando as coisas melhorarem, haverá mais receita para os gastos. Porém, isso resultaria em uma ameaça a tudo o que os trabalhistas no governo procuram alcançar.

Em segundo lugar, as reformas dos sindicatos devem continuar – mas com objetivos positivos em vista, não os negativos que predominaram até 1979. Tony Blair sinalizou que não voltará atrás a respeito da regulamentação dos *tories* acerca dos mecanismos de negociação salarial e, na verdade, não deve fazê-lo. No entanto, a superação da visão imediatista existente no movimento sindical torna-se tão importante quanto em qualquer outro segmento da sociedade. A sustentação de vínculos estreitos com um movimento sindical renovado não requer que o Partido Trabalhista se apresente como um partido de classe. Provavelmente, novas formas de parceria industrial constituam a condição necessária para a reversão da queda na filiação aos sindicatos, fenômeno que já se estende por muitos anos. O Partido Trabalhista ainda deve ter como objetivo um movimento sindicalista forte; como demonstra a experiência de outros países europeus, sindicatos fortes não criam, mas sim ajudam a reduzir o conflito industrial crônico.

Em terceiro lugar, o Partido Trabalhista não deve ficar com medo de contestar o poder da *City*, como é chamado o centro financeiro de Londres, e deve complementar tal iniciativa com o apoio ativo à renovação a longo prazo da indústria de transformação. Uma atitude positiva em relação à manufatura e um programa de investimentos para transportes e comunicações são absolutamente necessários.

Em quarto lugar, a reforma tributária precisa constar da pauta. A esse respeito, o partido tem de estar preparado para inovar. A redução tributária em termos gerais não pode sequer ser contemplada, pois os recursos estatais já estão parcamente distribuídos e ainda há muitas “boas causas” por aí. Todavia, é óbvio, não significa que a distribuição dos impostos e dos benefícios

fiscais deva permanecer intacta. O principal objetivo das mudanças fiscais não deve visar ao aumento da receita pública, mesmo que seja considerado claramente desejável. Deve ser a integração do sistema fiscal com a mudança constitucional e a democratização, por um lado, e com a transformação positiva do Estado do bem-estar social, por outro. Descobrir como reverter a tendência para o surgimento de um novo “pobre excluído” – grupos empobrecidos excluídos da sociedade em geral – é o maior desafio, e deve ser enfrentado com honestidade.

Deixe-me detalhar cada uma dessas questões em separado.

Um bordão deveria ser inscrito na porta do gabinete de todas as autoridades responsáveis pela elaboração das políticas do Partido Trabalhista: “Não flertarei com o keynesianismo!”. O que é preciso é uma mudança fundamental da visão econômica. Agora, com base em princípios, não em pragmatismo, o Partido Trabalhista deveria apossar-se do importante campo da economia, criando suas políticas a fim de manter a inflação baixa, e, ao mesmo tempo, buscando gerar investimentos de longo prazo em infra-estrutura. O partido enfrentará uma árdua batalha, tanto internamente quanto no mundo financeiro internacional, se quiser livrar-se de sua reputação de defensor de aumento de impostos para cobrir gastos. Contudo, vencer essa batalha é fundamental para a estabilidade financeira no caso de uma vitória eleitoral do Partido Trabalhista.

Keynesianismo, claro, não é o mesmo que gastos públicos como tais. Obviamente, cabe aos trabalhistas eliminar os resíduos da fórmula thatcherista, “a empresa privada é boa, a empresa pública é ruim”. Entretanto, tenho minhas dúvidas se um “pequeno retorno ao keynesianismo” poderia funcionar até mesmo no cenário europeu. É provável que a regulamentação da atividade econômica em toda a Europa, incluindo o Capítulo Social, se revele vital para o futuro das economias nacionais européias. Não há, todavia, muita razão para supor que o keynesianismo no âmbito da UE seja mais plausível que em um só país.

No entanto, por mais benéfico que seja seu longo envolvimento com o movimento sindical, o Partido Trabalhista no poder terá de preparar-se para as difíceis confrontações que o futuro reserva, pois provavelmente serão inevitáveis. Não importa o grau de dependência econômica direta que o Partido Trabalhista apresenta em relação aos sindicatos, o sistema de “um membro, um voto” mudou toda a atmosfera no partido e no país em geral. Qualquer forma de diminuir essa dependência seria desejável, muito embora as perspectivas não sejam das melhores. Só uma pequena parcela da população pertence a um partido político em qualquer país do Ocidente; duvida-se que um esforço concentrado para filiação em massa vá promover uma transformação permanente nas finanças do partido.

O tema da parceria industrial tem sido recorrente nos documentos das políticas que o Partido Trabalhista vem elaborando ao longo dos anos. Como expresso em *Meet the Challenge, Make the Change* [Enfrente o desafio, faça a mudança]: “O sucesso econômico depende das boas relações de trabalho e das parcerias na indústria”. Bem, é isso mesmo, mas será possível conseguir tais relações se o dragão do desemprego em massa vier a morrer? Acontece que a relativa fragilidade do poder de barganha dos sindicatos nos dias de hoje reflete a decrescente filiação sindical e a disciplina a que o desemprego em larga escala submete as reivindicações salariais.

A questão imediata a ser enfrentada por um governo trabalhista seria a da manutenção da contenção salarial. Sendo realista, independentemente da exposição de seus pontos positivos, a política adotada pelos *tories* de manter baixos aumentos salariais no setor público, como freio sobre os outros setores, teria de ser conservada. Os sindicatos não representam mais a “classe trabalhadora unida”, se é que alguma vez o fizeram, e, caso o Partido Trabalhista vá combater os interesses grupais estabelecidos, os sindicatos não poderão constituir exceção. Dada a composição interna do Partido Trabalhista e a grande nostalgia do

antigo esquerdismo, os problemas são, no mínimo, extremamente difíceis e, sem o desenvolvimento de uma boa dose de espírito prático político, poderiam revelar-se intransponíveis.

Porém, aconteça o que acontecer, as pressões inflacionárias não poderão ser tratadas apenas com base nas relações industriais, pois as dificuldades no controle da inflação na Grã-Bretanha originam-se de uma “cultura de investimentos” específica que se fortaleceu ao longo do tempo. Várias instituições e estilos de ação econômica ficaram atrelados a ela – o mercado imobiliário, os padrões de consumo em relação à poupança, em conjunto com várias formas de especulação financeira. Esses padrões poderão ser alterados, ou será que já o foram? Há boas razões para otimismo. A Grã-Bretanha tem uma proporção muito mais alta de moradores proprietários que a maioria dos demais países desenvolvidos, e, durante muitos anos, a habitação foi de longe o meio mais confiável de poupança. Tanto o *boom* imobiliário quanto seu subsequente declínio tiveram sérias conseqüências, difíceis de ser enfrentadas. Contudo, ao que parece, diminuiu por completo a expectativa de que o investimento em habitação sempre irá superar o desempenho dos outros tipos de investimento. Levando em conta que qualquer futura escalada dos preços dos imóveis seja contida, haverá um resultado positivo para as outras formas de consumo e poupança. Todavia, será difícil conseguir movimentar o mercado habitacional outra vez e, simultaneamente, evitar grandes incrementos nos preços.

A estabilidade de preços e salários e o controle da corrupção devem constituir as grandes preocupações que servirão de base para a atitude do Partido Trabalhista em relação à *City*. Será que o partido deveria lançar uma versão renovada da prática dos almoços sofisticados com os líderes do centro financeiro londrino, ou sua postura deveria ser mais crítica e oposicionista? O Partido Trabalhista foi apoiado pelo jornal *Financial Times* na campanha eleitoral de 1992, e não há dúvida de que conta com

alguns amigos na *City*. Os paradoxos e as limitações do neoliberalismo não escaparam aos que ganham a vida com negócios vinculados ao mercado.

O capital financeiro não é o bicho-papão que outrora parecia a muitos membros da esquerda, mas o Partido Trabalhista deveria ter a coragem suficiente de defender suas convicções e estar preparado para confrontar-se com os interesses organizados da *City*. “Os sindicatos não deveriam administrar o país” – realmente, não, mas nem a *City* deveria fazê-lo. Os temas de renovação cívica, responsabilidade e coesão social aplicam-se com o mesmo vigor aos centros do poder e aos outros grupos, e, onde houver necessidade, uma nova regulamentação legal deveria ser introduzida. No setor financeiro, bem como em outros, estas medidas óbvias deveriam ser tomadas: as brechas tributárias deveriam ser eliminadas, e, se houver medidas eficazes para determinar um teto aos salários e benefícios dos altos executivos, que disparam à frente da inflação, deveriam então ser adotadas. Até a revista *The Economist* sugeriu recentemente que a remuneração de muitos altos executivos britânicos é excessivamente elevada. É o poder na sala da diretoria, e não a concorrência no mercado que determina os salários e os benefícios. Estudos mostram apenas uma pequena relação entre o salário e as variações nos preços das ações. Verbas rescisórias altíssimas vêm sendo pagas na saída de executivos cujo desempenho foi medíocre ou até péssimo. Talvez seja difícil instituir salários com base no desempenho, no entanto, o objetivo deveria ser claramente a adoção de práticas responsáveis e de visão de longo prazo. Os líderes empresariais da *City* e da indústria devem assumir a responsabilidade de liderar pelo exemplo.

Sem dúvida, não é de hoje que a relação entre a *City* e a indústria de transformação tem sido problemática. Os interesses da *City* tendem a predominar sobre os da indústria, situação que alguns têm considerado como a origem do relativo declínio econômico da Grã-Bretanha. Hoje, no entanto, essa relação tem de

ser interpretada sob outra perspectiva e uma gama diferente de problemas deve ser enfrentada.

Tanto o capital financeiro como o industrial tornaram-se muito mais intensivamente globalizados do que eram há apenas poucas décadas. As grandes empresas do Reino Unido atuam em termos globais, comprando e produzindo nos mercados mais baratos e vendendo em todos os lugares possíveis. A *City* é um local importantíssimo na nova economia monetária global, criada nos últimos vinte anos como consequência das telecomunicações globais. A economia global do dinheiro eletrônico é tão nova e está se desenvolvendo com tanta rapidez, que fica difícil compreender sua dinâmica, muito menos formular políticas práticas dentro de um único Estado nacional que possam controlar seu impacto de forma eficiente.

Pelo que dizem, a *City* representa uma grande força motriz para a economia britânica, e, em termos de geração de empregos e lucros, é a pura verdade. O valor total de bens e serviços produzidos na nova economia monetária é enorme – o que seria suficiente para comprar a produção da economia do Reino Unido de um ano inteiro é negociado durante três dias em Londres. Contudo, muitos investimentos, que talvez em outras circunstâncias iriam para a indústria, são levados de roldão pelas negociações financeiras.

Será que um governo trabalhista poderia fazer algo em relação a isso? E deveria, se pudesse? Minha resposta seria “sim” às duas perguntas. Nenhum governo exerceria muita influência atuando sozinho, mas seria muito importante como uma contribuição firme no âmbito de medidas aplicáveis a toda a Europa. Dinheiro perseguindo dinheiro, segundo Marx, não é improdutivo; todavia, segundo se presume, as negociações financeiras, ao final, acompanham a fabricação de produtos reais. Se a produção de manufaturados mudar-se cada vez mais para o Extremo Oriente, isso também acontecerá com a economia monetária global.

Em termos nacionais, os prognósticos de uma estreita cooperação entre o governo trabalhista que está chegando e a indústria de transformação são bons. O Partido Trabalhista vem constantemente defendendo as reivindicações do setor industrial diante da corrida por serviços, que os governos *tories* aplaudiram ou pelo menos toleraram. Está evidente que o problema é o Partido Trabalhista romper com um passado em que indústrias e empresas ineficientes devoraram dinheiro público e assim mesmo fracassaram.

Na verdade, não há nenhum modelo claro a ser apontado em outras partes do mundo. O Estado intervém ativamente em apoio a certas indústrias e tenta fazer planejamentos para o futuro no Japão e nas bem-sucedidas economias asiáticas. Todavia, por várias razões, não parece provável que se pudessem seguir estratégias semelhantes no Reino Unido. A Alemanha vem protegendo algumas indústrias que aqui não foram capazes de resistir aos golpes repentinos dos mercados globais. Embora comunidades locais dependentes de uma indústria ou empresa em especial, com toda a certeza, e sempre que possível, devam ser resguardadas de dispensas repentinas em massa, não se pode dizer que a proteção estatal da indústria na Alemanha se baseie em um bom fundamento econômico.

No Reino Unido, precisa-se de crescimento de produtividade e não de proteção estatal das indústrias mais frágeis, mas ainda não está claro como o país poderá reparar o que constitui uma fragilidade histórica. A produtividade industrial no Reino Unido ainda está cerca de 30% atrás do Japão e 45% atrás dos EUA; e a Grã-Bretanha encontra-se bem abaixo na classificação relativa à competitividade internacional entre os países da OCDE.

Mais qualificação, mais educação técnica, mais treinamento — são essas as poções mágicas que, segundo muitos esperam, irão reviver a indústria britânica. Supõe-se que investimentos em qualificação e treinamento gerem ao mesmo tempo ganhos de produtividade na manufatura e em outras atividades, bem como façam

frente ao desemprego. Segundo dizem, o capital de investimento no futuro de um país vai estar cada vez mais vinculado às qualificações e experiências de sua população, uma vez que agora o capital é bastante móvel, as matérias-primas podem ser rapidamente trazidas de outro lugar para o país, e a tecnologia pode ser adquirida ou copiada também com rapidez. Portanto, será vital investir em pessoas com vistas mais à “empregabilidade” do que ao emprego. Argumenta-se que o Partido Trabalhista deverá buscar o início de uma “revolução pelo lado da oferta”.

A ambição de se atribuir ao termo “flexibilidade” algum significado diferente de força de trabalho barata e descartável – um dos objetivos do Capítulo Social – é, com certeza, correta e justa. Não se sabe, contudo, se a educação e a qualificação têm propriedades mágicas, como pensam algumas pessoas, especialmente se o treinamento técnico e profissional se tornarem o principal ponto de referência para o sistema de educação como um todo. Em uma sociedade cada vez mais fundamentada em conhecimento, a educação deverá ser o componente essencial para a prosperidade de um país. Porém, isso não quer dizer que treinamento e qualificações técnicas levarão à redução dos níveis de desemprego. A questão do desemprego, como já ressaltai, vai muito além da condição de força de trabalho remunerada. A “empregabilidade” poderá melhorar a adaptabilidade e, onde necessário, a mobilidade da força de trabalho, mas empregabilidade em si não criará empregos.

Neste ponto, medidas de riqueza social devem ser apresentadas claramente. De que a Grã-Bretanha está atrasada em termos de qualificações e treinamento técnico, em comparação a alguns países, não há sombra de dúvida. No entanto, à medida que avança no sentido de tornar-se um processo contínuo ao longo da vida, a educação certamente deverá manter uma essência humanística. A educação deverá ter como meta a produção daquele cosmopolitismo que discuti anteriormente. Deverá ajudar a fortalecer um amplo espectro de valores da vida,

em vez de apenas servir para especializar ou desenvolver qualificações técnicas.

Educação requer investimento, como também o exigem a melhoria da infra-estrutura de transporte e comunicações, a saúde, o seguro social, as aposentadorias e pensões, bem como os muitos outros serviços incluídos sob o título de Estado do bem-estar social. Aí é que está a dificuldade, como todos, inclusive os eleitores, sabem. Em algumas áreas, o investimento poderia originar-se do setor privado ou de uma união do capital da iniciativa privada com o estatal. Todavia, os gastos públicos já estão excessivamente esticados, e o país como um todo está atolado em dívidas. O que fazer?

A resposta fácil com a qual todos os políticos começam seus discursos é que não há respostas fáceis. Bem, realmente não existe nenhuma resposta fácil, como os partidos de centro-esquerda já descobriram em todo o mundo. Os antigos esquerdistas do Partido Trabalhista têm as suas, e, para alguns, elas parecem suficientemente claras. O imposto de renda deveria ser aumentado para os mais ricos – embora começando em nível bem mais alto que o proposto no orçamento pré-eleitoral de John Smith em 1992. Deveria haver novos impostos sobre fortunas ou sobre transmissão de herança, enquanto o imposto sobre valor agregado deveria ser introduzido para serviços voltados para os mais ricos, principalmente a educação e a assistência médica privadas. Tais medidas produziriam efeito redistributivo de cima para baixo e seriam complementadas com reduções de impostos para os contribuintes de baixa renda. Ao mesmo tempo, os benefícios da previdência social universal seriam mantidos, e destinar-se-iam recursos extras para o NHS.

Embora algumas dessas propostas mereçam ser levadas a sério, elas apenas aventam algumas das possibilidades. Representam o pensamento dos anos 50 na abordagem dos problemas dos anos 90. Como o debate público vem progressivamente reconhecendo, é possível e, quase com toda a certeza, necessário

haver propostas fiscais mais radicais. A redução de tributos – no sentido de redução do imposto de renda – é o principal atrativo da estratégia eleitoral dos *tories*. O Partido Trabalhista pode e deve levar vantagem sobre os conservadores nessa questão. Em termos práticos, a idéia de reduzir a taxa básica do imposto de renda para menos de 20% não parece um bom começo. Entretanto, mesmo que sirva apenas de provocação aos *tories*, a proposta estimula o debate.

Nos aspectos em que a vida social tornou-se cada vez mais estruturada em torno do novo individualismo, formas de tributação com um elemento discricionário terão maior aceitação pública do que as formas involuntárias. E nos pontos em que a legitimidade do governo depende cada vez mais de visibilidade e confiança ativa, a vinculação de impostos deveria ser pelo menos considerada. O Partido Trabalhista não deve adotar atitude de total hostilidade a programas como os que os liberais-democratas têm debatido e que vêm sendo discutidos ou instituídos em alguns outros países europeus. Talvez impostos vinculados destinados à educação e ao NHS enfrentem oposição do Ministério da Fazenda, mas poderiam contar com a aprovação pública, bem como aumentar a receita de forma significativa. Um imposto específico para a saúde, ou a utilização da renda proveniente da tributação do álcool e do tabaco para financiar parte do NHS, ou a combinação dos dois, constituem possibilidades plausíveis. Desde que não apresentem conseqüências regressivas, impostos sobre energia e poluição, assim como pedágios, hipotecados ou não, devem ser todos debatidos. Claro, ao final, a redução de vários tipos de isenção tributária talvez acabe sendo o caminho mais prático.

Quaisquer que sejam as novas fontes de receita a serem implementadas, não faria sentido encaixá-las novamente em um esquema de aumento de impostos para cobertura de gastos. É necessário e possível haver uma reforma radical do sistema previdenciário. Como já sugeri, deveria ser promovida uma reforma

do Estado do bem-estar social não apenas, e até principalmente, por considerações fiscais, mas pela necessidade de reorganização estrutural no tocante à composição da ordem social em transformação nos dias de hoje. Benefícios direcionados talvez representem um anátema em alguns círculos do Partido Trabalhista, porém são o único rumo efetivo a ser tomado e poderão ter papel redistributivo a favor dos grupos de baixa renda.

“Direcionados” – o termo é horrível e sugere grupos passivos de indivíduos para os quais os benefícios devem ser destinados. O que significa, ou deveria significar, é ajuda àqueles que mais precisam – e em quantidade suficiente. Os benefícios deveriam ser aumentados, e não reduzidos, para os necessitados. Entretanto, muitos beneficiários, inclusive grande número de idosos e das crianças de famílias ricas, não se encaixam de nenhuma forma nessa categoria.

As aposentadorias e pensões, que representam quase 40% dos gastos com seguro social, devem ser investigadas. Os planos de previdência privada podem ser arriscados, como todos sabemos após as atividades de Robert Maxwell. Contudo, quase 60% dos idosos com mais de 65 anos já possuem algum tipo de previdência privada, e o crescimento desse percentual deve ser estimulado. Salvaguardas podem proteger os investidores em fundos de pensão contra agentes inescrupulosos, e a noção de que a previdência estatal é sempre mais segura não passa de mito. Os governos não exercem controle sobre os fundos de pensão privados no mesmo nível que em relação aos públicos, mas exatamente por esse motivo eles não conseguem reduzi-los com facilidade quando surgem dificuldades fiscais inesperadas.

Uma parcela significativa da riqueza empresarial do país está vinculada a fundos de pensão. Aqueles que os “possuem” não deveriam controlá-los também? Há várias estratégias viáveis, e estas deveriam pelo menos ser debatidas em público. Frank Field, por exemplo, sugeriu que a “escravidão às pensões” poderia ser superada por meio de um novo sistema de posse tripartite dos

fundos de pensão – com representação das participações do empregador, do trabalhador e do titular da pensão.

As políticas voltadas para os idosos, como sugeri anteriormente, precisam ter como objetivo a capacitação, e não apenas o atendimento aos indivíduos como pessoas dependentes. Aplique-se o mesmo às reformas da previdência social destinadas a atacar as enormes divisões socioeconômicas existentes na Grã-Bretanha. A polarização entre ricos e pobres no país tem sido mais acentuada do que na maioria das outras sociedades industriais nos últimos anos. “Que não haja bairros como o South Bronx neste país!” é o *slogan* sugerido por *sir* John Banham em seu plano para a reconstrução social e econômica. Ele está totalmente certo, mas as tendências na Grã-Bretanha e em alguns dos países europeus são preocupantes. Alguns motoristas de táxi se negam ao entrar no bairro Moss Side, de Manchester – e seus colegas de Frankfurt ou Rotterdam expressam a mesma reação sobre Gallusviertel ou Nieuwe Westen.

Embora na maior parte dos países europeus as diferenças entre ricos e pobres tenham aumentado, em termos absolutos os padrões de vida dos pobres melhoraram na Europa, nos últimos vinte anos. As áreas mais carentes dos centros das cidades não são tão segregadas quanto as dos EUA, e o padrão de serviços locais é melhor. O racismo, contudo, prevalece no mesmo nível, havendo também o mesmo ciclo de violência, exclusão social, desemprego crônico, drogas e desespero no cotidiano. Na Grã-Bretanha ainda não existe nenhuma subclasse de destituídos nas dimensões norte-americanas, e a exigência mínima a um novo governo seria que essa situação fosse pelo menos mantida. No entanto, exatamente como nas áreas de saúde e pensões, podemos ter certeza de que respostas eficientes não virão da simples tentativa de fortalecer os mecanismos do Estado do bem-estar social existente. Os autores de direita afirmam que os serviços e benefícios da previdência social não representam a solução para a desgraça urbana, e sim parte do problema. Ninguém da

esquerda prestou atenção nisso, contudo talvez deveriam começar a fazê-lo. O rompimento dos ciclos de privação não vai ocorrer apenas com intervenção externa, por mais bem-intencionada que seja. Vai demandar organização e iniciativa locais, bem como reconstrução cívica a partir das bases. Os escritores de esquerda, afinal de contas, destacam pontos semelhantes ao criticarem os programas de ajuda externa nos países em desenvolvimento. “A ajuda que mata” é o título de um estudo de um autor sobre essa questão. De forma menos drástica, políticas que pioram o que teriam de corrigir também podem ser implementadas nas sociedades desenvolvidas. Quem duvida, por exemplo, que a construção de edifícios de apartamentos pela prefeitura teve efeitos mais negativos do que positivos?

A resposta fácil, do tipo “não há respostas fáceis”, à polarização econômica e ao surgimento de uma subclasse põe a culpa no thatcherismo e encerra o assunto. Sem dúvida, houve a contribuição de algumas das mudanças que governos conservadores recentes fizeram no seguro social, sobretudo no caso dos jovens. Uma série de restrições nos direitos dos jovens a benefícios foi introduzida a partir dos anos 80. Algumas dessas modificações com certeza destruíram vínculos familiares. Por exemplo, os jovens perderiam o direito ao “auxílio para moradia e refeições” após um certo período se permanecessem em sua região.

O thatcherismo, contudo, serviu para piorar as tendências que podem ser observadas em muitos outros países além da Grã-Bretanha e são influenciadas por fatores econômicos globais. A reversão de algumas das mudanças da previdência social promovidas pelos *tories* ajudará, de certa forma. Por exemplo, os pagamentos de adiantamento para o aluguel dos sem-teto poderiam ser reintroduzidos, e alguns outros benefícios, restabelecidos. Mas problemas de decadência urbana, racismo, segregação étnica e falta de moradia, que se mostram bastante graves, não diminuirão com medidas tímidas e, sem dúvida, deverão ser abordados no contexto das questões mais amplas da divisão social e

do desemprego. Voltamos, nesse ponto, ao tema das fontes estruturais de renovação cívica, da redistribuição do trabalho e do restabelecimento da continuidade na vida em família. O efeito *trickle-down*, isto é, a difusão natural dos benefícios da prosperidade empresarial nas camadas sociais inferiores, buscado pelos neoliberais, não se concretizou. Mas será que não poderia haver um tipo diferente de efeito *trickle-down* a partir de políticas que promovessem o igualitarismo em um grupo de domínios institucionais articulados? De qualquer modo, as reformas da previdência social interessadas em reduzir a pobreza e evitar a polarização entre classes não terão muito impacto a menos que façam parte de um esforço mais amplo contra a desigualdade.

Nos últimos anos, o Partido Trabalhista não vem sendo exatamente uma fonte de novo pensamento nem de nenhum tipo de radicalismo. As reformas ideológicas promovidas a tão duras penas a partir de meados dos anos 80, segundo se supunha, dariam ao partido a possibilidade de ser “eleito”; entretanto, caso elas realmente tenham surtido esse efeito, foi à custa de grande parte do antigo dinamismo do partido. Esperamos que os próximos dois ou três anos não testemunhem mais um conjunto de acordos tolos e a perda de vantagem política. O perigo é que, tendo assistido ao fracasso do neoliberalismo, os líderes trabalhistas pensem que basta voltar novamente o pêndulo no sentido de um pouco mais de intervenção estatal ou redistribuição fiscal – disfarçando-se de “a comunidade”. Não é aí, em absoluto, que se encontram as principais questões a serem enfrentadas. A pouca discussão sobre a temática verde pelo partido é um ponto importante. O pensamento ecológico é identificado de forma direta com o ambientalismo como se ambos significassem a mesma coisa. No entanto, os temas verdes do cuidado, da continuidade e da coesão social são exatamente aqueles suscitados pela idéia de comunidade. A contestação ao produtivismo, em paralelo à promoção da produtividade, representará o único caminho a ser seguido, se uma sociedade que vivencia baixa inflação e pouco

crescimento também quiser reestruturar-se e dar substância a valores de participação e igualdade.

Uma revisão da perspectiva política, como sugeri, não pode ser voltada para dentro em virtude destas duas influências: globalização e novo individualismo. Todas as questões discutidas neste trabalho refletem dissensões e dilemas globais mais amplos, que cada governo nacional tem de enfrentar – dilemas de caráter ecológico e de polarização econômica mundial. O Partido Trabalhista deveria adotar uma visão muito mais global do que o fez até agora. Não será suficiente apenas evitar o provincianismo do inglês (do britânico?) que aflige os *tories*, e não bastará concentrar-se tão-somente na Europa. Uma postura de políticas internacionais desenvolvidas com clareza torna-se essencial em um mundo cuja dinâmica ficou complicada, mas que incide sobre nós de forma imediata e contínua.